

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS ENTRE ADOLESCENTES NO ACRE: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA FAMÍLIAS FORTES NO CONTEXTO ESCOLAR

Sandra Maria Amorim da Rocha ¹; Maria Joserlânia dos Santos Moreira²; Kênnia Rayane Leitão de Oliveira³; Lucas de Sousa Gomes⁴.

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

²Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (IFAC), Brasil.

⁴Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Prevenção ao uso de drogas na adolescência. Contexto Família-Escola.

DOI: 10.47094/JONASC-TAEs.2026/RE/26

INTRODUÇÃO

O uso abusivo de álcool e outras drogas entre adolescentes constitui-se em um grave problema social e de saúde pública que impacta diretamente as relações familiares, o ambiente escolar e a dinâmica comunitária. Trata-se de uma temática recorrente devido aos múltiplos impactos que provoca no desenvolvimento biopsicossocial dos jovens. Além dos prejuízos individuais, o uso abusivo de drogas está associado ao aumento da criminalidade, à evasão escolar e ao enfraquecimento dos vínculos familiares, atingindo principalmente adolescentes em contextos de vulnerabilidade social.

A família é reconhecida como o primeiro e principal espaço de socialização do indivíduo, exercendo influência decisiva no desenvolvimento emocional, social e cognitivo de crianças e adolescentes (Ferreira et al, 2019). Relações familiares positivas favorecem a construção de vínculos seguros, a internalização de valores pró-sociais e a adoção de comportamentos saudáveis, enquanto contextos familiares fragilizados podem contribuir para o surgimento de condutas de risco.

Nesse sentido, a prevenção assume papel central, exigindo ações articuladas entre família, escola, comunidade e poder público. No estado do Acre, marcado por desigualdades sociais e pelo crescimento da violência urbana nos últimos anos, iniciativas como o Programa Famílias Fortes apresentam-se como estratégias relevantes para a promoção da saúde e da proteção integral de crianças e adolescentes.

OBJETIVO

Este artigo tem como objetivo analisar a experiência de implementação do Programa Famílias Fortes no estado do Acre, com ênfase no município de Rio Branco, destacando seus fundamentos teóricos, o contexto histórico-social local e os resultados observados junto às famílias participantes.

METODOLOGIA

A metodologia adotada é de natureza descritiva e qualitativa, baseada em análise documental, relatórios institucionais e relatos de profissionais envolvidos na execução do programa Famílias Fortes, que é uma intervenção preventiva destinada a famílias com adolescentes de 10 a 14 anos, desenvolvida em sete encontros semanais de duas horas, realizados em espaços comunitários. As atividades são conduzidas por profissionais das áreas da saúde, educação e assistência social, trabalhando separadamente com pais/responsáveis e adolescentes na primeira hora, e de forma conjunta na segunda hora.

O foco do programa está no fortalecimento dos vínculos familiares, na melhoria da comunicação, no estabelecimento de regras claras e no desenvolvimento de habilidades parentais positivas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Já se sabe que as drogas têm sido motivo de preocupação mundial há décadas, uma vez que seu uso abusivo provoca deterioração pessoal, instabilidade familiar e favorece a inserção de adolescentes em práticas delituosas (Félix, 2005). Pesquisadores alertam que a adolescência configura-se como um período de maior vulnerabilidade para o início do uso de substâncias psicoativas (Castro; Rosa, 2010), por se tratar de uma fase de transição marcada por intensas transformações físicas, emocionais e sociais.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Brasil, 1990), crianças e adolescentes têm direito à proteção integral, cabendo à família, à escola, à comunidade e ao estado a responsabilidade compartilhada de garantir orientação, acompanhamento e condições adequadas para o seu desenvolvimento. A sociedade contemporânea, influenciada pelo processo de globalização, impõe mudanças rápidas nos modos de vida, exigindo da família e da escola uma postura mais dinâmica e preventiva diante de temas complexos, como o uso de drogas.

Castro e Rosa (2010) destacam que diversos fatores podem contribuir para o uso de drogas na adolescência, entre eles a curiosidade, a busca por prazer, a insatisfação com a vida, o uso de substâncias pelos pais, o autoritarismo familiar, o baixo desempenho escolar, a ausência de regras claras na escola e a exclusão social. Esses fatores evidenciam a necessidade de ações preventivas que ultrapassem o enfoque repressivo e priorizem a

educação para a vida saudável.

A Política Nacional sobre Drogas enfatiza que a prevenção eficaz é resultado do comprometimento e da cooperação entre os diferentes segmentos da sociedade, fundamentada no princípio da responsabilidade compartilhada e na construção de redes sociais de apoio (Félix, 2005). Nesse contexto, programas como o Programa Saúde na Escola – PSE e o Programa Famílias Fortes destacam-se como importantes aliados da comunidade escolar.

O papel da família como rede de apoio no cuidado em saúde mental é central (Covelo; Moreira, 2015). Frequentemente, os familiares relatam falta de tempo e espaços de autocuidado, gerando desconforto frente ao sofrimento psíquico dos filhos. A literatura indica que relações de violência nas famílias muitas vezes decorrem de uma realidade de extrema vulnerabilidade social e ausência de serviços articulados. Ao planejar intervenções, deve-se considerar a articulação da rede, como o CRAS, CREAS, unidades de saúde e escolas.

Dessa forma, a valorização da cultura das famílias e das comunidades locais, por meio do resgate de saberes e práticas culturais e da promoção de vivências lúdicas, fortalece o sentimento de pertencimento e identidade, elementos essenciais para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As avaliações do Programa Famílias Fortes indicaram resultados expressivos quando comparado com outras avaliações de programas realizadas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2018). Entre os profissionais envolvidos que foram avaliados: 100% afirmaram que o programa promoveu cooperação intersetorial e 75% avaliaram-no como um instrumento eficaz de intervenção junto às famílias.

No âmbito familiar, foram observados avanços na coesão, no diálogo, na expressão de afeto e na redução de conflitos. As práticas parentais apresentaram melhorias significativas, com maior capacidade de estabelecer limites, supervisionar comportamentos e oferecer apoio emocional aos filhos. Entre os principais resultados, destacam-se a redução da agressividade e de comportamentos de isolamento social entre crianças e adolescentes, bem como a melhoria da interação e da comunicação entre pais e filhos. A redução de comportamentos agressivos pode estar diretamente associada a diminuição do estresse parental e do aumento da coesão familiar.

No contexto escolar, responsáveis relataram maior engajamento dos adolescentes, melhorias no rendimento e no comportamento, além de maior participação da família no acompanhamento da vida escolar. Já no âmbito comunitário, embora os impactos diretos tenham sido menos evidentes, destacou-se o fortalecimento de redes de apoio e a ampliação do acesso aos serviços públicos.

Espera-se que esses resultados impactem na prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas, uma vez que relações familiares fortalecidas e práticas parentais positivas atuam como fatores de proteção frente a comportamentos de risco. A socialização em espaços de formação e educação contribui para a construção e reconstrução das histórias de vida de jovens e famílias, fortalecendo vínculos afetivos e promovendo valores pró-sociais no território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Programa Famílias Fortes no Acre evidencia a relevância de ações preventivas intersetoriais no enfrentamento ao uso de drogas entre adolescentes que promovam o fortalecimento dos vínculos familiares. Este, portanto, aliado à atuação articulada entre saúde, educação e assistência social, mostrou-se um importante fator de proteção.

Ao proporcionar espaços de convivência, escuta e aprendizagem, a iniciativa contribui para a construção de relações familiares mais saudáveis e para a prevenção do uso abusivo de substâncias psicoativas. Já o investimento em ações voltadas à família, desenvolvidas de forma planejada e sistemática, constitui um caminho eficaz para o fortalecimento do protagonismo familiar e comunitário, impactando positivamente o desenvolvimento integral das novas gerações.

Conclui-se que, diante do contexto de vulnerabilidade social e do aumento da violência no estado, torna-se imprescindível a continuidade e expansão do programa para outros municípios, bem como o investimento em formação continuada, monitoramento sistemático e produção de pesquisas avaliativas. A prevenção, quando fundamentada em evidências e no compromisso coletivo, configura-se como um caminho efetivo para a promoção da saúde e da cidadania.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CASTRO, M. G.; ROSA, E. M. Adolescência e uso de drogas: fatores de risco e proteção. 2010.

COVELO, Bárbara Souza Rodriguez; MOREIRA, Maria Inês Badaró. **Laços entre família e serviços de Saúde Mental**. Botucatu, São Paulo: Interface, 2015.

FERREIRA, Thayane Pereira da Silva et al. **A família no cuidado em saúde mental: desafios para a produção de vidas**. João Pessoa, Paraíba: UFPB, 2019.

FÉLIX, J. A. Política Nacional sobre Drogas: prevenção e responsabilidade compartilhada. Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção ao uso de drogas: implantação e avaliação de programas no Brasil. Brasília, 2018.